**CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
RESOLUÇÃO nº 394/CONSEP-2020**

EMENTA: Designa membros para dirigir Processo Eleitoral no âmbito do CONSEP

O Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP, no uso das atribuições legais, conferidas Lei nº 8906/2019, artº. 1º, §1º, inciso XIII, §2º, §3º, que alterou o artº 4, da Lei nº 7.584/2011, e pelo Decreto nº 315/19, de 20 de setembro de 2019, homologou a Resolução 351/18, de 13 de dezembro de 2018 - Regimento Interno do CONSEP.

CONSIDERANDO a composição do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social-SIEDS, prevista no art. 4º, caput, § 1º, inciso I, letras: a, b,c,d,e,f,g, inciso II, letras: a,b,c,d, § 2º, letras: a,b,c,d, da Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011, alterado pela Lei nº 8906/2019.

CONSIDERANDO o disposto no art. 13, da Lei 7.584/2011 e a Resolução 270/15-CONSEP e seu anexo, homologada pelo Decreto Governamental 1.364/15, publicado no DOE 32.963, de 02 de setembro de 2015, que regulamenta o Processo Eleitoral, estabelecendo o período bienal para o mandato de Ouvidor(a) -SIEDS.

CONSIDERANDO o estabelecido no Art. 1º, § 1º, inciso XII, da lei nº 8.906, de 06 de dezembro de 2019 e na Resolução nº 206/CONSEP, de 05 de dezembro de 2012, que disciplina o processo eleitoral para escolha dos membros do CONSEP, representantes da classe de servidores do SIEDS.

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, do Regimento Interno do Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública – CICSP, aprovado pela Resolução nº 236/CONSEP, de 06/03/2014, homologada pelo Decreto nº 1.055, de 28 de abril de 2014.

CONSIDERANDO o que estabelece a Resolução nº 388/CONSEP, de 29 de maio de 2020, homologada pelo Decreto nº 915, de 21 de julho de 2020.

CONSIDERANDO finalmente, a manifestação favorável da unanimidade dos Conselheiros do CONSEP, presentes na 355ª Reunião Ordinária, em 26 de agosto de 2020.

RESOLVE

Art. 1º Designar os Conselheiros/as que irão Coordenar a realização dos pleitos eleitorais no âmbito do CONSEP, a seguir nominados:

8. Eleição para escolha de Conselheiros Representantes da Sociedade Civil, para atuarem no Conselho Estadual de Segurança Pública, na forma do Art. 1º, 1º, inciso XIII, da lei nº 8.906, de 06 de dezembro de 2019.

-Promotor de Justiça Luiz Márcio Teixeira Cypriano

- Inocência Renato Gasparim - SEASTER

- Adv André Silva Tocantins - Conselheiro Titular/Representante da OAB/PA (2º Secretário),

1. Processo eleitoral para escolha do Ouvidor (a) do SIEDS, para mandato/biênio 2021/2022, com início previsto em janeiro/2021,

-Cel BM Hayman Apolo Gomes de Souza - Conselheiro Nato/Cmt Geral do CBM/PA (Presidente);

-PC- Cesar Figueiredo Cursino - CPC

- João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo - Defensoria pública

1. Eleição dos representantes das entidades de classe dos Órgãos que compõe o SIEDS, para o mandato biênio 2021/2022,

- Advª Advª Suzany Risuenho Brasil/Tiago Lopes Pereira - CEDECA

-Profª Maria Luiza Carvalho Nunes - CEDENPA

- Maria de Fátima Matos Silva - SDDH

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário do CONSEP, em 27 de agosto de 2020

UALAME FIALHO MACHADO

Presidente do CONSEP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 576473

**CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 392 /2020 – CONSEP**

EMENTA: Concede Licença para Disputa de Mandato Eletivo

O Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP, no uso das atribuições legais, conferidas na Lei nº 8906/2019, que alterou o artº 4, da Lei nº 7.584/2011, e pelo Decreto nº 315/19, de 20 de Setembro de 2019, que homologou a Resolução 351/18, de 13 de dezembro de 2018 - Regimento Interno do CONSEP.

CONSIDERANDO O Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP, no uso das atribuições legais, conferidas Lei nº 8906/2019, artº. 1º, §1º, incisos XII, que alterou o artº 4, da Lei nº 7.584/2011, e pelo Decreto nº 315/19, de 20 de setembro de 2019, que homologou a Resolução 351/18, de 13 de dezembro de 2018 - Regimento Interno do CONSEP.

CONSIDERANDO o requerimento de desincompatibilização de Wellington Carlos Henrique Martins, Conselheiro do CONSEP, da representação de trabalhadores das Entidades do SIEDS, conforme requerimento protocolizado no sob o número 2020/380315, de 03/06/2020.

CONSIDERANDO que o procedimento atende os mandamentos legais contidos na Lei Complementar nº 64/90, da resolução 23.609/2019, no pleito de 2020, a partir de 04 de junho de 2020, conforme calendário eleitoral, que regula os casos de inelegibilidade;

CONSIDERANDO finalmente, que no período de pandemia do Covid19, as atividades plenárias do CONSEP, estão suspensas e tendo em vista a necessidade que o caso requer.

CONSIDERANDO finalmente, que os Conselheiros presentes na 355ª Reunião Ordinária do CONSEP, realizada no dia 26 de agosto de 2020, decidiram por unanimidade acatar o pleito formalizado pelo representante titular da Representação das Entidades de Classes do SIEDS.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a PORTARIA nº 002/CONSEP, DE 04 de junho de 2020, publicada no DOE Nº 34.256, de 17 de junho de 2020, que aprovou "Ad referendum" do Colegiado Pleno do CONSEP, o afastamento temporário do Conselheiro Titular Wellington Carlos Henrique Martins, das ações e atividades do Conselho Estadual de segurança Pública, a partir de 03 de junho de 2020, na forma do disposto no art. 10 §2º, da Resolução 351/201, homologada pelo Decreto nº 315, de 20 de setembro de 2019.

Art. 2º - Para efeito de estabelecimento do "quorum" o Conselheiro Suplente Cesar Figueiredo Cursino, assume temporariamente a representação, conforme dispõe o art. 10 §3º, da Resolução 351/2019, homologada pelo Decreto nº 315, de 20 de setembro de 2019.

Art. 3º - O período da licença de que trata o Art. 1º da presente Resolução terá seus efeitos estendidos na forma do disposto no Art. 1º, e §3º, inciso IV, da Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 04 de junho de 2020.

Gabinete do Presidente do CONSEP, em 27 de agosto de 2020.

UALAME FIALHO MACHADO

Presidente do CONSEP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 576477

POLICIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 2921/2020 – DGP/SP/SCCMP

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 26, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 8.973/2020 que alterou e modificou a Lei nº 6.833/2006 (CEDPM), e considerando a Certidão de Trânsito em Julgado Administrativo, na qual o comandante do Batalhão de Polícia Penitenciária, certificou que a Decisão Administrativa sobre o PADS nº 002/2019 – 29º BPM, transitou em julgado na administração pública militar em 02 de agosto de 2020, com a publicação no Boletim Interno nº 018, referente ao período de 27 de abril a 04 de maio de 2020, e indica a punição disciplinar de 02 (dois) dias de SUSPENSÃO em desfavor do SD PM RG PM 39347 JOSUÉ SANTOS FAVACHO, referente ao PADS nº 002/2019 – 29º BPM (PAE Nº 2020/571323);

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER do serviço policial militar da PMPA, por um período de 02 (dois) dias, 06 e 07 de setembro de 2020, o SD PM RG PM 39347 JOSUÉ SANTOS FAVACHO, matrícula funcional nº 4219124, por Decisão Administrativa referente ao PADS nº 002/2019 – 29º BPM.

Art. 2º. Ao Comandante do Batalhão de Polícia Penitenciária, providenciar o afastamento do militar conforme supramencionado, efetivando o devido controle de seu cumprimento.

Art. 3º. Ao Departamento Geral de Pessoal da PMPA, providenciar os devidos ajustes na folha de pagamento do SD PM RG PM 39347 JOSUÉ SANTOS FAVACHO, conforme disposto no artigo 40-A da Lei nº 6.833/2006(CEDPM), atualizada pela Lei nº 8.973/2020.

Art. 4º. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 02 de setembro de 2020.

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044

COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 576314

PORTARIA Nº 2942/2020 – DGP/SP/SCCMP

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 26, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 8.973/2020 que alterou a Lei nº 6.833/2006 (CEDPM), e considerando a Certidão de Trânsito em Julgado Administrativo, em que o comandante da Academia de Polícia Militar do Pará, certificou que a Decisão Administrativa sobre o Recurso de Reconsideração de Ato transitou em julgado na administração pública militar em 14 de agosto de 2020, com a publicação no Boletim Interno nº 033/2020 - APM, referente ao período de 17 a 23 de agosto de 2020, e indica a punição disciplinar de 05 (cinco) dias de SUSPENSÃO em desfavor do recorrente AL OF PM RG 42865 KAIO FELIPE FERREIRA GUIMARÃES e acatando o pedido da defesa do acusado, a referida sanção disciplinar foi convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, conforme disposto no artigo 40-A, Parágrafo Único da Lei Complementar Estadual nº 8.973/2020 que alterou a Lei nº 6.833/2006-CEDPM (PAE Nº 2020/642332);

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER em MULTA na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, a punição de 05 (cinco) dias de SUSPENSÃO no período de 21 a 25 de setembro de 2020, aplicada ao AL OF PM RG 42865 KAIO FELIPE FERREIRA GUIMARÃES, matrícula funcional nº 64027811, por Decisão Administrativa referente ao PADS nº 004/2020 – APM, conforme disposto no artigo 40-A, Parágrafo Único da Lei nº 6.833/2006(CEDPM), alterada pela Lei nº 8.973/2020.

Art. 2º. Ao Comandante da Academia de Polícia Militar do Pará, efetivar o devido controle de seu cumprimento.